

Lewandowski defende fim de coligação e sugere cautela na lista fechada



A lista fechada é uma forma de fortalecer os partidos, mas tem

como risco a perpetuação de oligarquias. Essa foi apenas uma das várias considerações que o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Ricardo Lewandowski, fez nesta quinta-feira (14/4), durante audiência na Comissão da Reforma Política da Câmara dos Deputados. Na mesma ocasião, ele defendeu o fim das coligações e das doações de pessoa jurídica.

Na opinião de Lewandowski, os parlamentares precisam tomar cuidado ao optarem pela lista fechada, sob o risco de atrapalhar os partidos menores. Para que esse sistema seja eficaz, o ministro disse entender ser necessário garantir a participação da militância na elaboração dessas listas.

Enquanto isso, o ministro apontou que o sistema proporcional tem como maior trunfo a representação das minorias. De acordo com ele, a coligação só tem sentido “em um sistema que tenha partidos ideológicos, programáticos, que se unem de forma vertical em todo o país para atingir um determinado fim, para tentar impor, dentro de um processo democrático, seu ideário”.

Lewandowski disse acreditar, ainda, na existência do voto facultativo no Brasil. De acordo com ele, o eleitor pode justificar sua falta às eleições com muita facilidade. Apesar da possibilidade, ele lembrou que a abstenção média, nas eleições de 2010, foi de 20%, ao passo que, alguns países europeus tiveram abstenções da ordem de 80%.

Quanto ao financiamento de campanhas, o ministro disse que ele deve ser, sobretudo, público, mas não exclusivo. Ele defendeu a possibilidade de as pessoas físicas fazerem doações nesse sentido. "O eleitor, o cidadão, tem o direito político de financiar seus candidatos", disse. Por outro lado, as pessoas jurídicas deveriam ser proibidas de doar.

Segundo ele, dos R\$ 3,3 bilhões gastos nas campanhas do último pleito, pessoas jurídicas doaram R\$ 2,512 bilhões, físicas doaram R\$ 431 milhões, e o Fundo Partidário foi responsável por R\$ 65 milhões – além de R\$ 327 milhões de recursos dos próprios candidatos.

Ao falar sobre a reeleição, o ministro disse que ela pode abrir caminho para o uso da máquina pública em benefício próprio. Ainda assim, o instituto permite a continuidade nas administrações. Ele lembrou

que nas duas últimas eleições gerais, 70% dos governadores dos estados que se candidataram a um novo mandato tiveram sucesso na reeleição. “Isso talvez diga alguma coisa”, observou. *Com informações da Assessoria de Comunicação do TSE.*

Date Created

14/04/2011